

## PORTARIA PRESIDÊNCIA Nº 227/2023 PRESI/GAPRES

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO ACRE, DESEMBARGADOR JÚNIOR ALBERTO, no uso de suas atribuições regimentais, destacando-se, neste particular, as disposições do Art. 19, XVI e XLI, do Regimento Interno e,

CONSIDERANDO a instituição do Ranking da Transparência, nos termos da Resolução CNJ n. 260/2018, que alterou a Resolução CNJ n. 215/2015;

CONSIDERANDO a necessidade de atender ao disposto na Lei n. 12.527, de18 de novembro de 2011, que regula o acesso à informação previsto no inciso XXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal;

CONSIDERANDO o teor da Lei Complementar n. 101, de 04 de maio de 2020, que estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências;

CONSIDERANDO as recomendações do Tribunal de Contas da União sobre a avaliação do portal do CNJ quanto à transparência e à metodologia de definição da fórmula do índice de transparência,

CONSIDERANDO a necessidade contínua do aprimoramento da gestão pública, mediante a criação de mecanismos que garantam a efetividade das ações de transparências,

CONSIDERANDO o disposto no Processo SEI n. 0001481-18.2023.6.01.8000,

## RESOLVE:

Art. 1º Regulamentar, por meio desta Portaria, a organização e o gerenciamento das informações relativas à transparência e ao acesso à informação publicadas no Portal do TRE-AC.

Parágrafo único. Para os efeitos desta Portaria, entende-se como abrangidas pelos termos "transparência" e "acesso à informação" as informações de interesse geral produzidas ou custodiadas pelo TRE-AC e que tenham sido objeto de determinação por parte do Conselho Nacional de Justiça - CNJ e/ou do Tribunal de Contas da União - TCU.

- Art. 2º Fica instituído o Comitê Gestor de Conteúdo e Informações Publicadas na Internet CGCIPI, no âmbito do TRE-AC, composto pelos titulares das seguintes Unidades:
  - I Assessoria de Planejamento, Estratégia e Gestão ASPLAN (Coordenador):
  - II Assistência da Ouvidoria Eleitoral OUVIDORIA;
  - III Assistência de Planejamento e Governança ASPGOVTI;
  - IV Assessoria de Comunicação ASCOM;
  - V Chefe de Gabinete da Diretoria-Geral GADG;
  - VI Oficial de Gabinete da Secretaria Judiciária GAJUD;
  - VII Coordenador de Gestão de Pessoas COGEP;
  - VIII Coordenador da Corregedoria Regional Eleitoral COCRE;
  - IX Assessoria de Governança e Planejamento da Secretara de Administração, Orçamento e Finanças ASGOVSAOF.
  - § 1º Nas ausências e afastamentos os integrantes do Comitê serão substituídos na ordem acima designada.
- Art. 3º São atribuições do CGCIPI, sem prejuízo de outras necessárias ao cumprimento dos seus objetivos, o controle, o acompanhamento e a fiscalização do Portal Transparência, em observância à legislação pertinente.

Parágrafo único. O CGCIPI poderá propor às unidades responsáveis por informações publicadas no Portal a atualização, o aprimoramento ou a correção dos conteúdos por elas fornecidos.

- Art. 4º Caberá ao CGCIPI providenciar os recursos ou ferramentas que possibilitem a melhoria contínua no atendimento às determinações do CNJ e do TCU relativas à transparência e ao acesso à informação.
- Art. 5º O teor das informações e suas atualizações publicadas no menu Transparência e Prestação de Contas será de responsabilidade dos setores responsáveis por seu fornecimento e/ou publicação, conforme rol constante do Anexo I desta Portaria.
  - Art. 6º Caberá à ASPLAN responder ao questionário anual do Ranking de Transparência do CNJ.
- Art. 7º Competirá à Coordenadoria de Controle Interno e Auditoria COCIN, inserir no plano anual de auditoria a análise de conformidade da alimentação das informações de transparência.
- Art. 8º Questões controversas ou omissas relacionadas às informações publicadas ou enviadas para publicação no Portal serão encaminhadas pelo CGCIPI à Diretoria-Geral, para análise e decisão.
  - Art. 9º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se e cumpra-se com as cautelas necessárias.

Desembargador **JÚNIOR ALBERTO** Presidente TRE-AC

## ANEXO I

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO ACRE - TRE-AC ITENS CONSTANTES DO PORTAL DO TRE-AC AVALIADOS PELO CNJ NO RANKING DA TRANSPARÊNCIA								
ITEM AVALIADO NO SITE	FUNDAMENTO	PONTO	UNIDADE	PERIODICIDADE	ATENDE? SIM/NÃO			
GESTÃO								
O órgão publica:								
Planejamento Estratégico Institucional evidenciando objetivos estratégicos, metas e Portaria	Presidência 227	3 (0612)	asplan 868) SE	Anual 0001481-18		https://www.tre-ac.jus.br/o-tre/planejamento- estrategico/institucional D1.8000 / pg. 1		

indicadores de desempenho?						
2 - Os resultados do Planejamento Estratégico Institucional alcançados pelo órgão?	Art. 6º, I, da Resolução CNJ nº 215/2015.	3	ASPLAN	Anual	Sim	https://www.tre-ac.jus.br/o-tre/planejamento- estrategico/institucional
3 – O registro das competências e responsabilidades do órgão?		3	SEJUD	Anual	Sim	https://www.tre-ac.jus.br/legislacao/regimento-interno
4 – Estrutura organizacional, demonstrada de forma textual ou gráfica, que apresente claramente a relação hierárquica entre as unidades?	Art. 6º, II, da Resolução CNJ nº 215/2015.	2	COGEP	Anual	Sim	https://www.tre-ac.jus.br/o-tre/o-tre-ac/arquivos-conhec tre/organograma-2021-2023
5 – Os atos normativos expedidos pelo órgão?	Art. 6º, V, da Resolução CNJ nº 215/2015.	3	GAPRES/GADG- SEJUD	Semanal	Sim	https://www.tre-ac.jus.br/legislacao/resolucoes-tre
6 – Os dados gerais para o acompanhamento de programas, ações e projetos?	Boas práticas	3	ASPLAN/AGEL	Semestral	Sim	https://www.tre-ac.jus.br/transparencia-e-prestacao-de- contas/acompanhamento-da-gestao/acompanhamento-d
7 Há campo/cspaço Estatística na página principal do órgão, com vistas a reunir dados abertos, Painéis de Business Intelligence e Relatórios Estatísticos referentes à atividade fim do Poder Judiciário, contendo o conteúdo mínimo definido na Portaria CNJ n. 119/2021, com link de acesso ao Painel de Estatísticas do Datajud, e as informações relacionadas no art. 7º do referido normativo?	CNJ no 119/2021	3	NUCLEO de ESTATÍTICA / ASPLAN / CRE / GSTI / GAJUD- COGEP / SAOF	<del>Não se aplilea</del>	<del>Não se</del> <del>aplilca</del>	https://www.tre-ac.jus.br/transparencia-c-prestacao-dc- em-numeros
8 – O site dispõe de mecanismo que possibilite o acompanhamento dos respectivos procedimentos e processos administrativos instaurados que não se enquadrem nas hipóteses de sigilo?	Art. 6º, IX, da Resolução CNJ nº 215/2015.	3	OUV	Semestral	Sim	https://www.tre-ac.jus.br/transparencia-e-prestacao-de- contas/consulta-procedimentos-processos-administrativ
AUDIÊNCIAS E SESSÕES	_					
O órgão publica:	_					
9 – As audiências públicas, consultas públicas ou outras formas de participação popular?	Art. 9°, II, da Lei n° 9.527/2011.	1	ASCOM/ASPLAN	Mensal	Sim	https://www.tre-ac.jus.br/transparencia-e-prestacao-de- contas/audiencias-e-consultas-publicas
10 – O calendário das sessões colegiadas?	Art. 6º, VI, da Resolução CNJ no 215/2015.	3	SEJUD	Mensal	Sim	https://www.tre-ac.jus.br/servicos-judiciais/calendario-d sessoes/calendario-de-sessoes
11 – A pauta de julgamentos?	Art. 7º, V, da Lei no 12.527/2011.	3	COSES	Semanal	Sim	https://www.tre-ac.jus.br/servicos-judiciais/calendario-d sessoes/calendario-de-sessoes
12 – O site transmite ao vivo, pela internet, as sessões dos órgãos colegiados?	Art. 22 da Resolução CNJ nº 215/2015.	3	SEANT	Semanal	Sim	https://www.youtube.com/channel/UCufTvCKIKUESDG1
13 – O órgão publica os vídeos das sessões dos colegiados?	Art. 22, § 2º, da Resolução CNJ nº 215/2015.	3	SEANT	Semanal	Sim	https://www.youtube.com/channel/UCufTvCKIKUESDG1
14 – A pauta das reuniões de comissões e respectivos resultados e atas?	Art. 7º, V, da Lei no 12.527/2011.	3	ASPLAN	Mensal	Sim	https://www.tre-ac.jus.br/o-tre/planejamento-estrategicae-comites
SERVIÇO DE INFORMAÇÕES AO CIDADÃO - SIC	_					
O órgão publica:	_					
15 – Telefone das unidades e horários de atendimento?	Art. 6º, II, da Resolução CNJ nº 215/2015.	1	ASCOM	Semestral	Sim	https://www.tre-ac.jus.br/o-tre/telefones-e-e-mails
16 – O campo denominado 'Serviço de Informações ao Cidadão' na página inicial?	Art. 7º da Resolução CNJ no 215/2015.	3	ouv	Semestral	Sim	https://www.tre-ac.jus.br/ (obs. banner no final da pág principal do TRE-AC)
17 – O sítio eletrônico tem uma dimensão denominada "Carta de Serviços ao Cidadão"?	Lei no 13.460/2017, art. 7º.	1	ouv	Semestral	Sim	https://www.tre-ac.jus.br/eleitor/carta-de-servicos-do-tre
18 – Há indicação do órgão ou unidade orgânica responsável pelo SIC?	Art. 10 da Resolução CNJ nº 215/2015.	3	OUV	Semestral	Sim	https://www.tre-ac.jus.br/o-tre/ouvidoria
19 - Existe indicação precisa no site de funcionamento de um Serviço de Informações ao Cidadão (SIC) a que o cidadão possa entregar pessoalmente o pedido de acesso a informações?	Art. 10 da Resolução CNJ nº 215/2015.	2	OUV	Semestral	Sim	https://www.tre-ac.jus.br/o-tre/ouvidoria
20 – Existe indicação precisa no site de funcionamento de um Serviço de Informações ao Cidadão (SIC) no qual o cidadão possa enviar pedidos de informação de forma eletrônica (e-SIC)?	Art.10 da Resolução CNJ nº 215/2015.	3	ouv	Semestral	Sim	https://www.tre-ac.jus.br/o-tre/ouvidoria
21 – O site indica a possibilidade de Portaria	Art. 9º, I, alínea "b", e Presidência 227	(0612	868) SE	0001481-18	2023.6.	01.8000 / pg. 2

acompanhamento posterior do pedido de acesso à informação?	art. 10, § 20, da Lei no 12.527/2011.	2	OUV	Semestral	Sim	https://www.tre-ac.jus.br/o-tre/ouvidoria
22 – As Respostas as Perguntas mais frequentes da	Art. 6º, VIII, da Resolução CNJ nº 215/2015.	1	ASCOM	Semestral	Sim	https://www.tre-ac.jus.br/eleitor/duvidas-mais-frequente
23 – Relatório estatístico anual contendo a quantidade de pedidos de informação recebidos, atendidos e	Art. 41, III, da	1	OUV	Anual	Sim	https://www.tre-ac.jus.br/o-tre/ouvidoria
OUVIDORIA	_					
O órgão publica:						
24 – O site disponibiliza serviço que permita o registro de denúncias e reclamações?	Resolução CNJ no 432/2021, art. 5º.	3	OUV	Semestral	Sim	https://www.tre-ac.jus.br/institucional/sobre-a-ouvidoria
25 – O site disponibiliza serviço que permita o acompanhamento de	Resolução CNJ no 432/2021, art. 5º.	2	OUV	Semestral	Sim	https://www.tre-ac.jus.br/institucional/sobre-a-ouvidoria
	Resolução CNJ no 432/2021, art. 5º.	2	ouv	Semestral	Sim	https://www.tre-ac.jus.br/o-tre/ouvidoria
TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO						
O órgão publica:						
	Art. 6º da Resolução CNJ nº 370/2021.	3	ASPGOVTI	Semestral	sim	https://www.tre-ac.jus.br/o-tre/planejamento-estrategiceda-informacao-e-comunicacao-tic
	Arts. 4º e 5º da Resolução CNJ nº 468/2022. Resolução CNJ nº 370/2021.	3	ASPGOVTI	Semestral	sim	https://www.tre-ac.jus.br/o-tre/planejamento-estrategicd da-informacao-e-comunicacao-tic (Obs: Após abrir a pág no link do Anexo VII)
29 – O órgão possui Painel visual de informações relacionadas à Tecnologia da	Art. 6º, § 4o, II, da Resolução CNJ no	3	CGPINT	Semestral	Analisar	https://www.tre-ac.jus.br/o-tre/planejamento-estrategica da-informacao-e-comunicacao-tic (Obs: Após abrir a pág no link do painel de monitoramento)
preferencialmente abertos, e preferencialmente abertos, e não proprietários, tais como planilhas e texto (CSV, RTF), de modo a facilitar a análise	Art. 6º, § 4º, II, da Resolução CNJ no 215/2015.	2	CGPINT	Semestral	Analisar	https://www.tre-ac.jus.br/eleicoes/eleitorado-do-acre
(ov. wobserviens ou ani's) on	Art. 6º, § 4º, III, da Resolução CNJ no 215/2015.	2	SEREDE	Anual	Analisar	https://www.tre-ac.jus.br/noticias-em-rss
GESTÃO ORÇAMENTÁRIA						
O órgão publica:		-				
	Art. 6º, VII, "a", da Resolução CNJ nº 215/2015, c/c a Resolução CNJ nº 102/2009.	2	SECON	Mensal	Sim	https://www.tre-ac.jus.br/transparencia-e-prestacao-de- contas/gestao-orcamentaria-financeira-e-fiscal/gestao-or financeira-e-fiscal
	Art. 6º, VII, "a", da Resolução CNJ nº 215/2015, c/c a Resolução CNJ nº 102/2009.	2	SPEO	Mensal	Sim	https://www.tre-ac.jus.br/transparencia-e-prestacao-de- contas/gestao-orcamentaria-financeira-e-fiscal/gestao-or financeira-e-fiscal
34 A íntegra da lei orçamentária ou do quadro de						https://www.tre-ac.jus.br/transparencia-e-prestacao-de-
a distribuição dos recursos por grau de jurisdição? (Não se aplica a TREs, TSE, STJ, TST, CSJT, CNJ e CJF)	Art. 4º, II, da Resolução CNJ nº 195/2014.	3	COFIN/SPEO	<del>Não se aplilca</del>	<del>Não se</del> <del>aplilca</del>	contas/gestao-oreamentaria-financeira-e-fiscal/gestao-or financeira-e-fiscal
35 — O Mapa Demonstrativo da Execução Orçamentária do ano anterior, com indicação das despesas realizadas com o primeiro e o segundo graus de jurisdição? (Não se aplica a TREs, TSE, CSJT, CJF, CNJ, STJ e TST)	Art. 9º da Resolução	3	COFIN/SPEO	Não se aplilca	<del>Não se</del> <del>aplilca</del>	https://www.tre-ac.jus.br/transparencia-e-prestacao-de- contas/gestao-orcamentaria-financeira-e-fiscal/gestao-or financeira-e-fiscal
36 – O 'Relatório de Gestão	Art. 55, § 2º, da Lei de Responsabilidade Fiscal.	1	ASCOM	Quadrimestral	Sim	https://www.tre-ac.jus.br/transparencia-e-prestacao-de-contas/gestao-orcamentaria-financeira-e-fiscal/gestao-orfinanceira-e-fiscal

37 — O mapa anual dos precatórios? (Não se aplica a TREs, STM, TSE, CJF, CSJT, CNJ e TST)	§ 1º do art. 85 da Resolução no 303, de 18 de dezembro de 2019	1	COFIN	<del>Não se aplilca</del>	<del>Não se</del> <del>aplilca</del>	-
38 – A relação dos contratados, com os	Art. 128 da Lei nº 13.898/2019.	2	SPEF	Mensal	Sim	https://www.tre-ac.jus.br/transparencia-e-prestacao-de- contas/gestao-orcamentaria-financeira-e-fiscal/gestao-o financeira-e-fiscal
LICITAÇÕES, CONTRATOS E INSTRUMENTOS DE COOPERAÇÃO						
O site divulga as seguintes informações relativas a procedimentos licitatórios:						
39 - A íntegra dos 'Estudos Técnicos Preliminares da Contratação', desde que não tenham sido considerados sigilosos?		2	SCLC	Mensal	Sim	https://www.tre-ac.jus.br/transparencia-e-prestacao-de- contas/gestao-das-contratacoes/licitacoes-2022-1
	Plenário.					Obs.: Após acessar o link, localizar o Edital da Licitação "Estudos Técnicos Preliminares"
40 – A íntegra do Mapa Comparativo de Preços, documento que contém a informação conclusiva sobre o Valor Estimado da Licitação',		2	SCLC	Mensal	Sim	https://www.tre-ac.jus.br/transparencia-e-prestacao-de-contas/gestao-das-contratacoes/licitacoes-2022-1
desde que não tenha sido considerado sigiloso? 41 – A íntegra dos editais de	Plenário.					Obs.: Após acessar o link, localizar o Edital da Licitação "Pesquisa de Preços"
licitação com os respectivos anexos (o anexo do edital inclui projeto básico ou termo	Art. 6º, VII, "a", da Resolução CNJ no	2	SOL O	Mensal	· C:	https://www.tre-ac.jus.br/transparencia-e-prestacao-de- contas/gestao-das-contratacoes/licitacoes-2022-1
de referência, minuta da ata de registro de preços, quando for o caso, e minuta de contrato)?	215/2015 c/c Acórdão TCU no 2622/2015 – Plenário.	2	SCLC		Sim	Obs.: Após acessar o link, localizar o Edital da Licitação "Edital XXX/2022"
42 – A íntegra dos questionamentos apresentados entre a	Art. 6º , VII, "a", da Resolução CNJ no 215/2015, c/c o	2	DDECÃO.	Mensal	-Sim	https://www.tre-ac.jus.br/transparencia-e-prestacao-de- contas/gestao-das-contratacoes/licitacoes-2022-1
publicação do Edital e a abertura da sessão pública?	Acórdão TCU no 2622/2015 – Plenário.	2	PREGÃO		Sim	Obs.: Após acessar o link, localizar o Edital da Licitação "Esclarecimentos/impugnações/respostas"
43 – A íntegra das impugnações apresentadas	Art. 6º, VII, "a", da Resolução CNJ no 215/2015, c/c o Acórdão TCU no 2622/2015 – Plenário.		PREGÃO	Mensal	Sim	https://www.tre-ac.jus.br/transparencia-e-prestacao-de- contas/gestao-das-contratacoes/licitacoes-2022-1
entre a publicação do Edital e a abertura da sessão pública?		2			Sim	Obs.: Após acessar o link, localizar o Edital da Licitação "Esclarecimentos/impugnações/respostas"
44 – O nome do vencedor da licitação?	Art. 6º , VII, "a", da Resolução CNJ no 215/2015, c/c o Acórdão TCU no	2	SCLC	Mensal	Sim	https://www.tre-ac.jus.br/transparencia-e-prestacao-de- contas/gestao-das-contratacoes/licitacoes-2022-1  Obs.: Após acessar o link, localizar o Edital da Licitação
	2622/2015 – Plenário.					"licitantes vencedores"  https://www.tre-ac.jus.br/transparencia-e-prestacao-de-
45 A integra des contrates	Art. 6º , VII, "a", da Resolução CNJ no 215/2015, c/c o Acórdão TCU no	3	SCLC	Mensal	-Sim	contas/gestao-das-contratacoes/contratacoes
	2622/2015 - Plenário.					Obs.: Após acessar o link, clicar na aba "contratos viger https://www.tre-ac.jus.br/transparencia-e-prestacao-de-
46 – A integra dos instrumentos que substituem c contrato?	Art. 62 da no Lei 8.666/1993, os art. 91 e 95 da Lei nº 14.133/2021 e Lei nº	2	SCLC	Mensal	-Sim	contas/gestao-das-contratacoes/contratacoes
001101	12.527/2011					Obs.: Após acessar o link, clicar na aba "dispensas/inexi e, em seguida, localizar o documento na coluna "empen
47 – A íntegra dos Termos Aditivos assinados?	Art. 6º, VII, "a", da Resolução CNJ nº 215/2015, c/c o	3	SCLS	Mensal	-Sim	https://www.tre-ac.jus.br/transparencia-e-prestacao-de- contas/gestao-das-contratacoes/contratacoes
O site divulga as seguintes	Acórdão TCU nº 2622/2015 – Plenário.					Obs.: Após acessar o link, clicar na aba "contratos viger seguida, localizar o documento na coluna "aditivos"
O site divdiga as seguintes informações concernentes a dispensas e inexigibilidades de licitação:						
48 – A íntegra do Projeto Básico, Termo de Referência e documento similar, desde que não tenha sido considerado		3	SCLC	Mensal	Gi	https://www.tre-ac.jus.br/transparencia-e-prestacao-de- contas/gestao-das-contratacoes/contratacoes
					Sim	Obs.: Após acessar o link, clicar na aba "dispensas/inex e, em seguida, localizar na coluna "arquivos" o Termo d Referência, que, quando houver, estará inserido no link Contratação".
	exigibilidade Resolução CNJ no 215/2015, c/c o 3 SCLC Sim			Mensal	-Cim	https://www.tre-ac.jus.br/transparencia-e-prestacao-de- contas/gestao-das-contratacoes/contratacoes
de licitação, desde que não tenha sido considerada sigilosa?		21111	(Obs: Na aba "dispensa/inexigibilidade", coluna "arquiv em Reconhecimento e Ratificação)			
50 – O órgão publica no site a íntegra dos instrumentos de cooperação (convênios, termos de cooperação, de compromisso, protocolo de intenções, acordos de cooperação técnica e outros instrumentos congêneres) vigentes, exceto os sigilosos, nos termos da legislação?	Art. 129 da Lei nº 13.242/2015.	3	SCLC	Mensal	Sim	https://www.tre-ac.jus.br/transparencia-e-prestacao-de- contas/gestao-das-contratacoes/convenios
<u> </u>	Presidência 227	(0612	868) SE	0001481-18	2023.6	01.8000 / pg. 4

GESTÃO DE PESSOAS						
O órgão publica:						
51 – O Anexo III-a da Resolução CNJ no 102/2009?	Art. 6º, VII, "c", da Resolução CNJ nº 215/2015.	3	SEPAG	Anual	SIM	https://www.tre-ac.jus.br/transparencia-e-prestacao-de- contas/gestao-de-pessoas/estruturas-remuneratorias
52 – O Anexo III-b da Resolução CNJ nº 102/2009?	Art. 6º, VII, "c", da Resolução CNJ nº 215/2015.	3	SEPAG	Anual	SIM	https://www.tre-ac.jus.br/transparencia-e-prestacao-de- contas/gestao-de-pessoas/estruturas-remuneratorias
53 – O Anexo III-c da Resolução CNJ nº 102/2009?	Art. 6º, VII, "c", da Resolução CNJ nº 215/2015.	3	SEPAG	Anual	SIM	https://www.tre-ac.jus.br/transparencia-e-prestacao-de- contas/gestao-de-pessoas/estruturas-remuneratorias
O órgão publica o Anexo IV da Resolução CNJ no 102/2009, indicando especificamente os dados requeridos para:						
54 – Alínea "a"	Resolução CNJ nº 102/2009.	3	SEDES	Quadrimestral	SIM	https://www.tre-ac.jus.br/transparencia-e-prestacao-de- contas/relatorios-cnj/recursos-humanos-e-remuneracao/ viii-da-resolucao-cnj-no-102-2009
55 – Alínea "b"	Resolução CNJ nº 102/2009.	3	COGEP	Quadrimestral	SIM	https://www.tre-ac.jus.br/transparencia-e-prestacao-de- contas/relatorios-cnj/recursos-humanos-e-remuneracao/ viii-da-resolucao-cnj-no-102-2009
56 – Alínea "c"	Resolução CNJ nº 102/2009.	2	COGEP	Quadrimestral	SIM	https://www.tre-ac.jus.br/transparencia-e-prestacao-de- contas/relatorios-cnj/recursos-humanos-e-remuneracao/ viii-da-resolucao-cnj-no-102-2009
57 – Alínea "d"	Resolução CNJ nº 102/2009.	3	SEDES	Quadrimestral	SIM	https://www.tre-ac.jus.br/transparencia-e-prestacao-de- contas/relatorios-cnj/recursos-humanos-e-remuneracao/ viii-da-resolucao-cnj-no-102-2009
58 Alínea "e" (Não se aplica aos TRE's e TSE)	<del>Resolução CNJ</del> nº 102/2009.	3	-	<del>Não se aplilca</del>	Não se aplilea	-
<del>59 – Alínea "f"</del> (Não se aplica aos TRE's e TSE)	Resolução CNJ nº 102/2009.	3	_	Não se aplilca	Não se aplilca	_
60 – Alínea "g"	Resolução CNJ nº 102/2009	2	SECARF	Quadrimestral	SIM	https://www.tre-ac.jus.br/transparencia-e-prestacao-de- contas/relatorios-cnj/recursos-humanos-e-remuneracao/ viii-da-resolucao-cnj-no-102-2009
61 – Alínea "h"	Resolução CNJ no 102/2009 e art. 108 da Lei no 13.242/2015.	3	SECARF	Quadrimestral	SIM	https://www.tre-ac.jus.br/transparencia-e-prestacao-de- contas/relatorios-cnj/recursos-humanos-e-remuneracao/ viii-da-resolucao-cnj-no-102-2009
62 – O Anexo V da Resolução CNJ no 102/2009?	Resolução CNJ nº 102/2009.	2	SECARF	Quadrimestral	SIM	https://www.tre-ac.jus.br/transparencia-e-prestacao-de- contas/relatorios-cnj/recursos-humanos-e-remuneracao/ viii-da-resolucao-cnj-no-102-2009
63– O Anexo VI da Resolução CNJ no 102/2009?	Resolução CNJ nº 102/2009.	3	SEADE	Anual	SIM	https://www.tre-ac.jus.br/transparencia-e-prestacao-de- contas/relatorios-cnj/recursos-humanos-e-remuneracao/ viii-da-resolucao-cnj-no-102-2009
64 – O Anexo VII da Resolução CNJ no 102/2009?	Resolução CNJ nº 102/2009.	2	SECARF	Quadrimestral	SIM	https://www.tre-ac.jus.br/transparencia-e-prestacao-de- contas/relatorios-cnj/recursos-humanos-e-remuneracao/ viii-da-resolucao-cnj-no-102-2009
65 - Semestralmente, a Tabela de Lotação de Pessoal (TLP), na qual constem todas as unidades administrativas e judiciárias, com identificação nominal dos servidores, cargos efetivos, cargos em comissão e funções ocupadas?	Art. 6º, VII, "b", da Resolução CNJ nº 215/2015, c/c o art. 15, parágrafo único, da Resolução CNJ no 219/2016.	1	SECARF	Semestral	SIM	https://www.tre-ac.jus.br/transparencia-e-prestacao-de-contas/gestao-de-pessoas/tabela-de-lotacao-de-pessoal
afastados para o exercício de	Art. 6º, VII, "e", da Resolução CNJ nº 215/2015.	2	SECARF	Anual	SIM	https://www.tre-ac.jus.br/transparencia-e-prestacao-de- contas/gestao-de-pessoas/o-tre-ac-nao-possui-membros- servidores-que-se-encontram-afastados-para-o-exercicio em-outros-orgaos-da-administracao-publica
67 – A remuneração e os proventos de membros,	Art. 6º da Resolução CNJ no 215/2015, c/c a		SEPAG	Mensal	SIM	https://mural.tre-ac.jus.br/transparenciaDadosServidore
servidores, ativo, aposentado,	Resolução CNJ nº 102/2009.	3	SEPAG	Mensai	SIM	Após acessar o link, clicar em "Anexo VIII - Detalhamen de pagamento de pessoal (valores brutos em Reais)" e r identificação do usuário
68 – Mensalmente, as diárias e passagens concedidas, por nome e cargo do favorecido, além de data, destino, motivo da viagem e valor das diárias pagas e dos bilhetes emitidos?	Art. 3º, VI, da Resolução CNJ nº 102/2009.	3	COFIN (SPEF)/SETRAN	Mensal	SIM	https://www.tre-ac.jus.br/transparencia-e-prestacao-de- contas/relatorios-cnj/recursos-humanos-e-remuneracao/ de-gastos-com-passagens#ancora-2
mínima semestral?	Art. 5º, § 8º, da Resolução CNJ no 227/2016.	2	SECARF	Semestral	SIM	https://www.tre-ac.jus.br/transparencia-e-prestacao-de- contas/gestao-de-pessoas/servidores-em-teletrabalho
70 — O tribunal divulga na internet a relação dos profissionais ou órgãos cadastrados no Cadastro Eletrônico de Peritos e Órgãos Técnicos ou Científicos? (Não se aplica a CNJ, CJF, CSJT, STJ, TSE, TST e TRE's).	Art. 3º da Resolução CNJ no 233/2016.	2	<del>SEJUD</del>	<del>Não se aplilea</del>	<del>Não se</del> <del>aplilea</del>	https://www.tre-ac.jus.br/transparencia-e-prestacao-de- contas/peritos-orgaos-tecnicos-científicos
AUDITORIA E PRESTAÇÃO DE CONTAS						
O site apresenta:						
ano anterior?	Art. 8o, II, primeira parte, e III, da IN TCU no 84/2020, e legislações estaduais sobre prestação de contas.	2	SEAUD	Anual	SIM	https://www.tre-ac.jus.br/transparencia-e-prestacao-de- contas/prestacao-de-contas/relatorios

72 – Relatório Anual das Atividades Exercidas?	Arts. 4o e 5o da Resolução CNJ no 308/2020	3	COCIN	Anual	SIM	https://www.tre-ac.jus.br/transparencia-e-prestacao-de- contas/auditoria/relatorios-das-atividades-anuais-de-aud
73 – Certificado de Auditoria contendo o Parecer do Órgão de Controle Interno (órgãos federais) e demais exigências da legislação de prestação de contas (órgãos estaduais)?	Arts. 4º e 5º da Resolução CNJ nº 308/2020; art. 13, § 6º, da IN TCU nº 84/2020, e legislações estaduais. Art. 13, § 6o, da IN TCU no 84/2020, e legislações estaduais.	3	SEAUD	Anual	SIM	https://www.tre-ac.jus.br/transparencia-e-prestacao-de- contas/auditoria/certificado-de-auditoria
74 – Publicação da decisão quanto à regularidade das contas proferida pelo Órgão de Controle Externo?	Acórdão TCU nº 2.622/2015 – Plenário.	1	SEAUD	Semestral	SIM	https://www.tre-ac.jus.br/++theme++justica_eleitoral/pdfjs/web/viewer file=https://www.tre-ac.jus.br/transparencia-e-prestaca contas/arquivos-da-auditoria/decisao-do-tcu-das-contas-julgadas/decisao-do-tcu-das-contas-julgadas-exercicio-2013/@@download/file/TRE-AC-PROCESSO-28995-201JULGAMENTO-DA-PC-2013.pdf
75 – Plano Anual de Auditoria (PAA)?	Resolução CNJ nº 309/2020, arts. 32 e 69.	3	SEAUD	Anual	SIM	https://www.tre-ac.jus.br/transparencia-e-prestacao-de-contas/auditoria/planos
76 – Plano Anual de Capacitação de Auditoria (PAC-Aud)?	Resolução CNJ no 309/2020, arts. 69 a 73.	3	SEAUD	Anual	SIM	https://www.tre-ac.jus.br/transparencia-e-prestacao-de- contas/auditoria/planos
SUSTENTABILIDADE E ACESSIBILIDADE						
O órgão publica:						
77 – O Plano de Logística Sustentável (PLS)?	Resolução CNJ no 400/2021. Boas práticas.	3	ASSAI	Quadrimestral	SIM	https://www.tre-ac.jus.br/transparencia-e-prestacao-de- contas/agenda-ambiental
78 – Os planos de ação do PLS?	Boas práticas.	3	ASSAI	Quadrimestral	SIM	https://www.tre-ac.jus.br/transparencia-e-prestacao-de- contas/agenda-ambiental
79 – Os Relatórios anuais de desempenho do PLS?	Resolução CNJ no 400/2021. Boas práticas	3	ASSAI	Anual	SIM	https://www.tre-ac.jus.br/transparencia-e-prestacao-de- contas/agenda-ambiental
80 – A composição e o contato da Comissão Gestora do PLS?	Boas práticas.	1	ASSAI	Anual	SIM	https://www.tre-ac.jus.br/transparencia-e-prestacao-de- contas/agenda-ambiental
81 – O órgão utiliza intérprete de linguagem brasileira de sinais em manifestações públicas?	Art. 4º, I e VI, da Resolução CNJ nº 401/2021.	3	ASCOM	Mensal	SIM	https://www.tre-ac.jus.br/transparencia-e-prestacao-de- contas/acessibilidade-manifestacoes-publicas
82 – O órgão usa legenda em manifestações públicas?	Art. 4º, I e VI, da Resolução CNJ nº 401/2021.		ASCOM	Mensal	SIM	https://www.tre-ac.jus.br/transparencia-e-prestacao-de- contas/acessibilidade-manifestacoes-publicas
83 – O órgão usa audiodescrição em manifestações públicas?	Art. 4º, I e VI, da Resolução CNJ nº 401/2021.	1	ASCOM	Mensal	SIM	https://www.tre-ac.jus.br/transparencia-e-prestacao-de- contas/acessibilidade-manifestacoes-publicas
84 – O portal (sítio) institucional permite o acesso ao conteúdo para pessoas com deficiência, em atendimento ao estabelecido pela Resolução CNJ nº 215/2015 (Art. 6º, § 4º, VIII) e em aderência ao Modelo de Acessibilidade em Governo Eletrônico (eMAG)?	art. 9º da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com	3	CGPINT	Anual	SIM	https://www.tre-ac.jus.br/acessibilidades-tre-ac

Rio Branco, 20 de setembro de 2023.



Documento assinado eletronicamente por **Júnior Alberto Ribeiro**, **Presidente**, em 20/09/2023, às 16:51, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.tre-ac.jus.br/sei/controlador\_externo.php?acao=documento\_conferir&id\_orgao\_acesso\_externo=0 informando o código verificador 0612868 e o código CRC 79F4D794.

0001481-18.2023.6.01.8000 0612868v9